

ATA N.º 07/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

-----Aos nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal reuniu-se, em reunião ordinária, a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Maria de Lurdes Santos Ganicho, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, Carlos Nuno Lacerda Lopes, Adelino Miguel Lino Moreira Reis e Ana Paula Africano de Sousa e Silva. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo. -----

-----**Deliberação Nº 49/2018: Aprovação da ata n.º 6/2018 de 22 de março:** Em virtude da ata n.º 6/2018 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 22 de março ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação.-----

-----**Deliberação Nº 50/2018: Documentos de Prestação de Contas do Ano 2017:** Presente a informação n.º 518/2018 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria e votos contra dos Vereadores do PS, aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2017, assim como o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e respetiva avaliação, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo n.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. O resultado líquido do exercício de 2017, no montante de – 38 710,04 euros (trinta e oito mil setecentos e dez euros e quatro cêntimos negativos) seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados, de acordo com o estipulado no n.º 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro. Mais deliberou a Câmara submeter os

presentes documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo n.º 25 da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os eleitos do PS, em coerência com os argumentos apresentados na última reunião de Câmara, votam contra o relatório da prestação de contas para 2017 do Município de Espinho. Os vereadores do PS, entendem que o tempo disponibilizado, dois dias úteis, para estudo e consulta de um documento de enorme extensão e complexidade foi manifestamente curto. Os vereadores do PS também discordaram da metodologia escolhida para a apresentação do documento. Os vereadores, sem funções executivas/pelouros, não podem verdadeiramente, declarar sobre compromisso de honra, enquanto responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas ao Tribunal de Contas, nem, pelas mesmas razões, podem assumir a responsabilidade, segundo o nosso conhecimento da veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras, bem como a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, designadamente nos termos das alíneas a) b) c) d) e) f) g) e h), presentes no termo de responsabilidade. Também registamos com desagrado, que o relatório de contas não tenha vindo acompanhado de qualquer documento validado por um ROC conforme estipulado pelas boas normas de gestão. Também, foi com alguma perplexidade que registamos que o Senhor Presidente de Câmara, tenha assumido não ter lido o relatório de contas, nem ter conhecimento do seu conteúdo, uma vez que se encontrava ausente de férias." -----

-----**Deliberação Nº 51/2018: Informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2018:** Presente a informação n.º 525/2018 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter para a Assembleia Municipal de Espinho a informação relativa às autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos Documentos Previsionais 2018, nomeadamente a referida na alínea c) das mesmas. ---

-----**Deliberação Nº 52/2018: Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a Associação Patinhas Sem Lar, Associação de Proteção a Animais:** Presente a informação n.º 532/2018 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta

ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima referida e a proposta de minuta de protocolo em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, participar e aprovar o " Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a Associação Patinhas Sem Lar, Associação de Proteção a animais". -----

-----Deliberação Nº 53/2018: Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho para implementação do programa "Alargamento da vigilância – Praia: D’Espinho – 2018":

Presente a informação n.º 529/2018 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo).

Votação: A Câmara, tendo presente o considerado na informação acima referida e a proposta de minuta de protocolo em causa anexa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, participar e aprovar o "Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Espinho e a Associação Humanitária Bombeiros Voluntários do Concelho de Espinho para implementação do programa "Alargamento da vigilância – Praia D’Espinho – 2018". -----

-----Deliberação Nº 54/2018: Pedido de revisão de preço mensal devida pela concessão da ocupação de uma loja comercial como peixaria:

Presente a informação n.º 452/2018 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, reduzir o valor do preço mensal em 100,00€ (cem euros), pelo período de 12 meses, da loja comercial propriedade do Município de Espinho, sita no nº 1605, rés-do-chão, da Avenida S. João de Deus, na freguesia de Silvalde do concelho de Espinho, concessionada a Maria Manuela da Silva Fonseca. -----

-----Deliberação Nº 55/2018: Procedimento de Hasta Pública para atribuição a título precário da exploração económica do espaço municipal destinado a cafetaria sito na Piscina Solário Atlântico - Época balnear 2018:

Presente a informação n.º 495/2018 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, realizar um procedimento de hasta pública para atribuição, a título precário,

da exploração do espaço municipal destinado a cafetaria sito na Piscina Solário Atlântico para a época balnear 2018. Mais deliberou designar, desde já, a Comissão para o efeito constituída pelos Vereadores Quirino de Jesus, Lurdes Ganicho e Nuno Lacerda e marcar o ato público para o dia 23/04/2018, pelas 15:30 horas. -----

-----**Deliberação Nº 56/2018: Decisão de contratar, aprovação das peças para abertura do procedimento por concurso público, para a execução da empreitada de "Requalificação da Escola Básica N.º 2 de Espinho"**: Presente a informação n.º 533/2018 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria e abstenção dos Vereadores do PS, o seguinte: a. Determinar a abertura de um procedimento pré-contratual com vista à execução da empreitada de obras públicas de "REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º 2 DE ESPINHO" e que, para esse efeito, seja adotado um procedimento por concurso público (sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia), de acordo com o preceituado na alínea b), do artigo 19.º do CCP, pelo valor base de 1.375.000,00 € (um milhão, trezentos e setenta e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; b. Para efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP, determinar a não contratação por lotes, de acordo com a fundamentação apresentada pelos serviços (no correspondente pedido de autorização de despesa e informação); c. Aprovar as peças do procedimento, nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 40.º do CCP, mais precisamente do anúncio (minuta), do programa do concurso e do caderno de encargos e que se anexam à presente decisão de contratar; d. Determinar, que, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º e no artigo 69.º do CCP, a condução deste procedimento seja realizada pelo Júri do Procedimento, delegando neste órgão as respetivas competências, em respeito pelo estipulado no artigo 109.º do CCP, com exceção da competência para a retificação das peças dos procedimento, para a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados, para a decisão de qualificação dos candidatos ou para a decisão de adjudicação, conforme previsto na parte final do n.º 2, do artigo 69.º, aplicável por remissão do artigo 109.º, n.º 1 do referido diploma legal. Designando, para efeitos da constituição do júri, os seguintes membros: PRESIDENTE - Eng.º Álvaro António das Neves Duarte, Chefe da Divisão de Obras Municipais; 1.º EFETIVO - Sílvia Maria da Costa Belchior

Carvalho, Técnica Superior da Divisão de Obras Municipais; 2.º EFETIVO – Joana Patrícia Torres Alves, Técnica Superior da Divisão de Obras Municipais; 1.º SUPLENTE – António Manuel Pereira Alves, Técnico Superior da Divisão de Obras Municipais; 2.º SUPLENTE – Maria José Gonçalves Silva Pato, Técnica Superior da Divisão de Obras Municipais; e designar como gestor do contrato o Eng.º Álvaro António das Neves Duarte (Chefe da Divisão de Obras Municipais), nos termos e para os efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

-----**Resumo diário da tesouraria:** Presente o resumo diário da tesouraria do dia 29 de março de 2018 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2017 no valor de um milhão trezentos e sessenta e três mil quinhentos e sessenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos): um milhão novecentos e três mil quatrocentos e sessenta e oito euros e treze cêntimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: um milhão trezentos e cinquenta e quatro mil duzentos e cinquenta e oito euros e oitenta cêntimos. A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 29 de março do corrente ano foram, cabimentadas despesas no valor de vinte e sete milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e setenta euros e cinquenta e seis cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de quatro milhões setecentos e quarenta e nove mil duzentos e onze euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

-----**Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Coordenadora Técnica, _____